

## Voto impresso vai judicializar as eleições, avisa Barroso

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Luís Roberto Barroso abriu o ano judiciário em sessão da noite desta segunda-feira (1º/2) com uma observação respeitosa aos que defendem o uso do voto impresso para o sistema eleitoral brasileiro: o país não precisa de um modelo que vá gerar a judicialização dos resultados das eleições.

TSE



Ministro Barroso apontou que a última coisa que o país precisa é um sistema que leve os resultados eleitorais à Justiça  
TSE

Um dos principais defensores do voto impresso é o presidente Jair Bolsonaro, que, desde sua eleição em 2018, vem [colocando sob suspeita](#) as urnas eletrônicas. Também na noite desta segunda, ele foi ao Twitter e fez menção ao "voto em papel" usado para eleger Rodrigo Pacheco (DEM-MG), novo presidente do Senado.

Segundo Barroso, além de custo elevado, o voto em papel colocará o sistema eleitoral sob risco de que os perdedores venham a pedir conferência de votos, busquem inconsistências ou nulidades e apresentem ações perante a Justiça Eleitoral para discutir resultado das eleições.

"Tudo o que não precisamos, no Brasil, é a judicialização também dos resultados eleitorais", afirmou. "Esse é um time que vem ganhando. Portanto, nós somos os fiadores da integridade desse sistema. Os eleitos foram efetivamente aqueles consagrados pela vontade popular, e não há nenhuma razão para se supor o contrário", apontou.

Barroso já respondeu às mesmas críticas em diversas oportunidades. [Em uma delas](#), apontou que as eleições de 2020 ocorrem sem qualquer prejuízo da credibilidade do sistema. Objetivamente não existe hoje possibilidade de voto impresso, uma vez que o Supremo Tribunal Federal [declarou inconstitucional](#) porque, além do custo excessivo de implementação, representaria risco real ao sigilo do voto.

Nesta segunda-feira ele rememorou os elogios da Organização dos Estados Americanos e insistiu: "Não queremos modelo que vá judicializar as eleições. O país não precisa disso".



O ministro ainda destacou o crescimento do TSE nas redes sociais, como estratégia de alcance e conscientização, e apontou que a corte está "absolutamente em dia": abre 2021 com pouco menos de 5 mil processos no acervo, sendo apenas 23 deles a serem pautados ainda em sessões por videoconferência.

O presidente do TSE também reforçou a defesa da democracia e apontou que o TSE vai manter as campanhas contra violência política, por incentivo à participação feminina na política, para atração de jovens lideranças e a adequação às normas da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Date Created**

01/02/2021